

1. APRESENTAÇÃO

Este artigo avalia o impacto do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE na economia sergipana no período de 1989-2005. Objetiva identificar se a alocação espacial e setorial dos investimentos direciona-se prioritariamente para áreas menos diversificadas e adensadas economicamente e/ou para atividades de menor porte (micro e pequenos empreendimentos), conforme constam em seus objetivos, contribuindo para uma melhor distribuição espacial da atividade produtiva, tanto inter-regional como intra-regionalmente e mesmo intra-estadualmente. O recorte territorial são as treze microrregiões do estado de Sergipe, conforme classificação do IBGE. Optou-se, também, pela análise da distribuição do FNE segundo divisão de municípios por faixa de população, divididos em sete grupos, o que permite avaliar a capilaridade dos recursos ao longo da rede urbana estadual. As fontes de dados utilizadas foram os relatórios dos Fundos disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional (MI) para o período 1989-2005, além de uma base com a distribuição municipal dos recursos entre 2000 e 2005 fornecida pela Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR/MI, os dados de contas regionais do IBGE, bem como as estimativas populacionais desta mesma instituição.

Além desta sumária apresentação e das conclusões, o artigo encontra-se dividido em outras duas partes. Na segunda, é feito breve destaque da posição da economia sergipana na dinâmica regional brasileira recente, a partir do movimento geral da economia do país. Em seguida, discute-se a atuação do FNE no estado de Sergipe, tomando por base, sempre que possível, informações de suas treze microrregiões.

2. DINÂMICA REGIONAL BRASILEIRA E O DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA SERGIPANA

Numa observação rápida nas Contas Regionais do IBGE, constata-se que o estado de Sergipe nas últimas duas décadas deixou de se beneficiar do processo de desconcentração da atividade produtiva que vem se dando no país desde o início dos anos setenta, do século XX. Se entre 1970 e 1985 a participação sergipana no PIB brasileiro saltou de 0,4% para 0,9% em

decorrência dos investimentos e intervenções estatais em seu território, sobretudo os capitaneados pela Petrobrás e CVRD, a partir daquele último ano essa participação relativa vem oscilando entre 0,5% e 0,8%, estabilizando-se em torno de 0,7% nos últimos quatro anos para os quais há informações disponíveis (2001-2004). Intra-regionalmente, a participação do estado na economia nordestina saltou de 3,7% em 1970 para 6,5% em 1985, caindo a partir de então até atingir 3,8% em 2004, praticamente a mesma participação de trinta e quatro anos antes, indicando, por um lado, o enfraquecimento dos efeitos de transbordamento dos investimentos estatais e, por outro, que outros estados nordestinos – especialmente Ceará e Bahia - mostraram-se mais atraentes aos investimentos que, diga-se de passagem, mantiveram-se, em geral, baixos nos últimos vinte e sete anos de crescimento medíocre do país.

Intra-estadualmente, observa-se que as mudanças na estrutura produtiva de Sergipe representaram, também, processo de concentração sócio-econômica na região do entorno da capital Aracaju, confirmando o movimento de desconcentração regionalmente concentrada, que beneficiaria as áreas com maiores economias de localização e de urbanização nos estados fora da região Sudeste, normalmente capitais estaduais ou municípios próximos, que passaram a receber diretamente investimentos ou se beneficiaram indiretamente deles captando parte do excedente gerado pela posição de centralidade que assumiram nas redes urbanas estaduais. Em 1970, os municípios que hoje compõem a Microrregião de Aracaju respondiam por 24,3% da população residente em Sergipe, crescendo sucessivamente a participação desde então: 29,7% (1980), 35,5% (1991), 37,9% (2000) e 39,0% (2005)¹. No ano de 2000, quase 53,0% população urbana do estado residia na capital ou em seu entorno mais imediato.

Do ponto de vista econômico, observa-se concentração das atividades nessa área melhor dotada de infra-estrutura, que, em 2004, respondia por 41,4% do PIB estadual. Em 2005, 2/3 do emprego formal estavam localizados nos quatro municípios dessa microrregião (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão), ficando o 1/3 restante distribuído pelos demais 71 municípios.

É importante registrar que a crise na economia brasileira, a partir do início dos anos oitenta, e o avanço do neoliberalismo, na década seguinte, afetaram os instrumentos de política regional constituídos ao longo dos anos sessenta e setenta e que tiveram impacto nos principais processos de mudanças verificadas nas economias estaduais. São exemplos disso,

¹ Para 1970, 1980, 1991 e 2000, informações dos Censos Demográficos do IBGE. Para 2005, estimativas do IBGE.

os investimentos de estatais (e de ex-estatais), como os da Petrobrás e da CVRD, cujas políticas de investimento impactaram o território sergipano ou o sistema 34/18 e o FINOR² que orientaram um conjunto de investimentos para o Nordeste, assim como as políticas para o desenvolvimento da Amazônia atreladas à Zona Franca de Manaus e ao FINAM³, ou a política de desenvolvimento regional executada no Espírito Santo através do FUNRES⁴, ainda que em todos os casos os resultados das políticas sejam motivos de controvérsias. De forma geral, no entanto, esses instrumentos de política regional auxiliaram o processo de desconcentração produtiva, embora não lhe tenha sido a única causa.

Como a crise do modelo de desenvolvimento é, sobretudo, também uma crise fiscal, esgotando o padrão de financiamento do Estado, as medidas fiscais e monetárias de cunho neoliberal vão centrar-se na elevação da taxa de juros e nos cortes no gasto (e investimento) público, restringindo a capacidade do governo federal em ordenar o território e arbitrar políticas para diminuir os desequilíbrios inter-regionais, ainda que estes estejam se reduzindo estatisticamente. O resultado é a retração do investimento produtivo estatal, o enfraquecimento dos instrumentos de políticas setoriais, a redução do papel do Estado e, por consequência, sua menor capacidade de intervir regionalmente no País. Com isso, as unidades federativas vão buscar saídas próprias para a crise, aumentando a “guerra fiscal” e as disputas federativas para atração de investimentos, num verdadeiro leilão dos lugares, aonde cada região busca se diferenciar das demais numa tentativa frenética para atrair capitais nacionais e internacionais para seus territórios, através de programas sustentados por incentivos de diversas ordens.

Com Sergipe não foi diferente. O governo estadual, através da lei 3.140, de 23 de dezembro de 1991, instituiu o Programa Sergipano de Desenvolvimento industrial (PSDI) e criou o Fundo de Apóio à Industrialização “(...) visando estimular o desenvolvimento sócio-econômico do estado, mediante a concessão de apoio financeiro creditício, fiscal e de infraestrutura a empreendimentos da iniciativa privada” (Feitosa, 2007:108).

Ainda que tenha contribuído para atração de investimentos para Sergipe, a atuação do governo estadual, especialmente no que se refere à indústria, manteve o caráter regionalmente concentrado das atividades econômicas, seguindo tendência pró-mercado de direcionamento dos investimentos para áreas com maior vantagem aglomerativa, conforme se observa da Tabela 1:

² Fundo de Investimento do Nordeste.

³ Fundo de Investimento da Amazônia.

⁴ Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo.

TABELA 1 – Sergipe: Projetos Cadastrados na Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe e de Recursos Minerais do Estado de Sergipe (CODISE), segundo Localização, Investimento e Empregos Previstos (1992 – 2005)

Microrregiões	Nº Empresas	%	Investimento Total (R\$*)	%	Empregos Previstos	%
Agreste de Itabaiana	11	3,7	25.330.761,17	1,1	667	2,9
Agreste de Lagarto	12	4,1	49.621.071,95	2,1	708	3,1
Aracaju	157	53,3	1.011.979.174,09	42,7	9768	42,4
Baixo Cotinguiba	15	5,0	260.056.133,03	11,0	953	4,1
Boquim	12	4,1	12.520.992,58	0,5	1539	6,6
Carira	7	2,4	122.450.491,29	5,2	1546	6,7
Cotinguiba	6	2,0	103.262.435,26	4,4	377	1,6
Japaratuba	2	0,6	62.618.920,54	2,6	244	1,1
Nossa Senhora das Dores	3	0,9	4.522.838,33	0,2	146	0,7
Propriá	13	4,4	62.570.417,83	2,6	1224	5,3
Sergipana do Sertão do São Francisco	9	3,0	15.744.487,00	0,7	473	2,1
Tobias Barreto	10	3,4	9.895.610,65	0,4	588	2,6
Estância	38	12,9	628.265.783,99	26,5	4799	20,9
Total	295	100,0	2.368.839.117,67	100,0	23.032	100,0

Fonte: Codise (2006), *apud* Feitosa (2007).

* Valores atualizados até dezembro de 2006, pela TR - Bacen

Por isso, conforme destacamos em outra ocasião os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE), ainda que insuficientes para mudar as estruturas produtivas regionais e reverter a condição de iniquidade das regiões mais atrasadas e menos adensadas economicamente, podem contribuir para o acesso ao crédito de áreas que ficam à margem dos fluxos de capital orientados pelo mercado, especialmente micro e pequenos produtores rurais que apresentam menor capacidade de financiamento. Os Fundos Constitucionais mobilizam um montante de recursos que, conforme se verá no item seguinte, não pode ser considerado irrelevante, apesar de insuficientes, para as regiões receptoras, especialmente para os municípios menores que são os que se apresentam menos atrativos ao investimento privado, necessitando de estímulos para a promoção de seus desenvolvimentos. Em Sergipe, no período de 1995-2005, o montante de recursos do FNE aplicado foi de R\$ 815,9 milhões, o que equivale a quase 75%

dos investimentos de 131 unidades produtivas cadastrados na CODISE⁵ e que deram entrada na solicitação do incentivo do PSDI, no mesmo período. Se levarmos em consideração que o PSDI é o principal programa do governo estadual de apoio ao desenvolvimento, as aplicações oriundas do FNE não deixam de ter relevância no contexto estadual, especialmente pela possibilidade de desconcentração regional das operações, além de representar entrada líquida de recursos sem contrapartida, diferente dos investimentos do PSDI cuja contrapartida são os incentivos (monetários ou não) que impactam o erário público.

No próximo item é feita uma avaliação dos recursos do FNE em SE, após uma breve descrição de seu funcionamento.

3. A ATUAÇÃO DO FNE NO ESTADO DE SERGIPE⁶

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO) foram instituídos pela Constituição Federal de 1988 (artigos 159 e 161), e regulamentados pela Lei n.º 7.827, de 27/09/1989. O principal objetivo deles é contribuir para o desenvolvimento, na tentativa de diminuir as desigualdades regionais brasileiras. Juntamente com os Fundos de Desenvolvimento Regional, os Fundos Fiscais de Financiamento e dos incentivos fiscais é um dos instrumentos para financiamento das políticas de desenvolvimento regional no país, executadas pelo MI.

A origem dos recursos está na arrecadação do imposto sobre renda (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) cujo montante equivalente a 3% de seus totais é repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na seguinte proporção: 0,6% para o FNO, 1,8% para o FNE, sendo metade para a região do semi-árido, e 0,6% para o FCO. São administrados, respectivamente, pelos Bancos da Amazônia S.A., do Nordeste do Brasil S.A (BNB) e do Brasil S.A. (BB) que podem repassá-los a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Outras fontes de recursos são o reembolso de créditos, remuneração de aplicações financeiras e o retorno ao fundo dos valores relativos aos riscos assumidos pelos bancos.

Os recursos podem ser aplicados em programas de financiamento ao setor produtivo não-governamental daquelas regiões, além dos municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo incluídos na área de atuação da extinta SUDENE, através de suas instituições financeiras de caráter regional, e de acordo com os planos regionais de desenvolvimento.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento visam “*promover o desenvolvimento*

⁵ Os dados do PSDI foram retirados da CEPLAN (2005).

⁶ As duas páginas seguintes estão baseadas em outro trabalho dos autores.

econômico e social daquelas Regiões, por intermédio de programas de financiamento aos setores produtivos (...)”, preferencialmente para “(...) *os projetos de atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas; as atividades que utilizem intensivamente matérias-primas e mão-de-obra locais; e a produção de alimentos básicos para a população*” (Ministério da Integração, 2007). Além do mais, é importante frisar que “*os recursos do FNE representam ingressos adicionais para o Nordeste, não se destinando a substituir outros fluxos financeiros do Governo Federal, de órgãos repassadores ou do próprio Banco. Também não se sujeitam, por definição legal, a injunções de políticas conjunturais de contingenciamento de crédito, tendo em vista a conveniência e a necessidade de se assegurar a continuidade das inversões de desenvolvimento regional*”⁷.

O montante total de recursos para os três Fundos entre 1989 e 2005 foi de R\$ 39,2 bilhões, com média anual de R\$ 2,3 bilhões, a preços de dezembro de 2005. No entanto, deve-se registrar que os repasses apresentam dois movimentos distintos: o primeiro é o de queda, entre 1990 e 1995, crescendo anualmente a partir de 1996. Com taxa de crescimento médio anual de 7,8% entre 1995 e 2005, os valores repassados superam em muito a taxa de crescimento econômico do país, o que pode ser explicado pela origem dos recursos, a arrecadação do IR e do IPI, que vêm apresentando crescimento real ao longo do período analisado, a partir do processo de aumento da carga tributária no período pós-Real. Como foi o período de maior afluxo de recursos e por ser o que tem maior informação disponibilizada, a análise se centrará no período 1995-2005.

Nesse decênio, o FNE recebeu R\$ 17,4 bilhões, sendo quase R\$ 2,6 bilhões somente em 2005. É importante ressaltar, no entanto, que desse total, apenas R\$ 14,9 bilhões foram contratados durante o período, indicando “*uma preocupante ociosidade de recursos dos fundos, causada por uma série de fatores agindo individualmente ou em grupo*” (Matos, 2006b, p.27).

Essa é uma questão importante. Se subdividirmos a Tabela 2 em 3 subperíodos, observaremos que no período pré-Real (1989-1994) a ociosidade foi relativamente pequena (menos de 5% do total repassados). No entanto, nos anos imediatamente seguintes (1995-2000), quando a estabilização monetária já permitia horizonte de cálculo relativamente estável para os tomadores de recursos, os Fundos apresentaram a maior ociosidade desde sua criação, com média de aplicação em torno de 77% dos repasses, provavelmente refletindo os problemas indicados por Matos [2006a e 2006b] (descompasso entre tempo de arrecadação e

⁷ http://www.bancodonordeste.gov.br/content/aplicacao/Sobre_Nordeste/FNE/gerados/fne.asp, capturado em 25/03/2007.

de inversão - inversões de longa duração -, certa rigidez - em parte inevitável - do sistema bancário em conceder créditos e até mesmo possíveis falhas na sua capilaridade), mas, especialmente, a conjuntura econômica desfavorável, reflexo do baixo ritmo de crescimento da economia brasileira no período pós-Real. No último quinquênio (2001-2005), observa-se, ao contrário, uma maior aplicação (acima de 90% em média), apesar dos baixos níveis de entre 2001 e 2002, os menores em toda série. Provavelmente isso explica, em parte, o crescimento expressivo em 2004 e 2005, cujos montantes financiados superam, em muito, os que foram repassados ao FNE pela STN, nesses dois anos.

TABELA 2 – FNE: Relação entre valores repassados e valores contratados: 1989-2005

Ano	Em R\$ mil		Em % B/A
	A – Repassado	B – Contratado	
1989/1994	6.118.064	5.843.562	95,5
1995	1.201.381	1.040.373	86,6
1996	1.128.858	1.303.763	115,5
1997	1.165.046	905.242	77,7
1998	1.184.480	945.334	79,8
1999	1.220.477	749.454	61,4
2000	1.361.262	660.512	48,5
2001	1.644.756	345.820	21,0
2002	1.891.179	282.312	14,9
2003	1.912.338	1.078.813	56,4
2004	2.168.907	3.326.775	153,4
2005	2.546.769	4.223.037	165,8
Total	26.318.517	25.292.997	96,1

Fonte: SIG/MI, disponível em www.integracao.gov.br

Para Sergipe, os recursos do FNE chegaram a representar, em 2004, o equivalente a 1,4% de seu PIB. Desde de 1995, essa participação variou entre 0,2% (1995) e 1,4% (1996 e 2004). Para estados como o Tocantins, os recursos do FCO chegaram a equivaler a mais de 6,0% de seu PIB, indicando que os impactos dos três fundos sobre as economias estaduais variam de acordo com seus tamanhos e suas estruturas produtivas. Em relação à área de abrangência do FNE, o estado sergipano respondeu, entre 1989 e 2005, por 6,4% das operações realizadas (ou 93.382 operações) e por 5,0% dos valores contratados, R\$ 1,032 milhão⁸, o que equivale a um valor médio das operações de R\$ 11.048, quase 25% abaixo da média regional⁹ que foi de R\$ 14.448, indicando que os recursos são relativamente

⁸ Valores atualizados pelo BTN e pela TR a preços de dezembro de 2005.

⁹ Para todas as informações sobre a média da área de atuação do FNE, retira-se a participação de Sergipe, portanto essa média refere-se à agregação dos demais 8 estados nordestinos, mais a área abrangida do Espírito Santo e Minas Gerais.

distribuídos em um número maior de operações *vis-à-vis* a média regional. Apenas Rio Grande do Norte (R\$ 10.248) e Paraíba (R\$ 10.662) apresentaram custo médio por operações menor que o de Sergipe.

O FNE em Sergipe tem sido tomado para investimentos destacadamente nos programas rurais, de comércio e serviços e industriais. No período entre 1995 e 2005, conforme mostra a Tabela 3, os programas rurais representaram 55,58% dos valores contratados, acompanhando a participação dos investimentos nesses programas no FNE (55,04%). Porém, a representatividade de Sergipe de 5,27% nos programas rurais é o menor entre todos os estados abrangidos pelo FNE, à exceção do Espírito Santo que apenas 1,72% dos recursos investidos para programas rurais.

A participação dos investimentos realizados em programas de comércio e serviços em Sergipe (22,1%), é muito superior à média do FNE (8,6%), razão pela qual o estado representou 13,4% dos valores contratados em toda área de abrangência do FNE entre 1995-2005. Como estes valores são apenas sobrepujados pelos dos estados da Bahia e do Ceará, é de se levantar a hipótese de que o elevado nível de urbanização sergipana criou oportunidades de investimento no terciário, especialmente porque sua agricultura mostra-se decadente e sua estrutura industrial mais tradicional pouco dinâmica, o que reforça o setor terciário como alternativa para inversões, além de importância crescente na geração de emprego e renda.

Em relação às operações contratadas, Sergipe representou 6,3% do total do FNE entre 1995 e 2005, superando sua participação nos valores contratados, significando, como já frisado acima, valor médio das operações menor do que o regional. Em todos os programas, à exceção dos de turismo, a participação de Sergipe nas operações contratadas supera a dos valores contratados, reafirmando a tendência de maior diluição dos recursos *vis-a-vis* os demais estados beneficiados. Já a distribuição das operações contratadas por programas mostra elevada concentração (96,8%) nos rurais, seguindo tendência do próprio FNE (98,37%). No geral, trata-se de projetos de pequeno porte com baixo valor contratador, muitos dos quais vinculados aos créditos para os vários tipos de Pronaf.

Tabela 3: Sergipe – Participação no FNE e distribuição dos valores (1995-2005) e operações contratadas (1998-2005) por programas

Programas	Valores Contratados (%)			Operações Contratadas (%)		
	Sergipe/FNE	Sergipe	FNE	Sergipe/FNE	Sergipe %	FNE
Rural	5,3	55,6	55,1	6,2	96,8	98,4
Agroindustrial	3,4	1,6	2,4	5,6	0,06	0,07
Industrial	4,1	16,9	21,7	17,2	2,1	0,8
Turismo	9,8	3,3	1,8	9,8	0,04	0,03
Infra Estrutura	0,2	0,5	10,5	0,3	0,00	0,03

Comércio e Serviços	13,4	22,1	8,6	8,7	1,0	0,7
Total	5,3	100,0	100,0	6,3	100,0	100,0

Fonte: Dados disponíveis em www.integracao.gov.br. Elaboração própria.

Quanto ao porte dos tomadores de recursos (a Tabela 4), Sergipe concentra pouco mais da metade dos financiamentos em pequenos empreendimentos, destoando da média regional que é de 38,9%. Apenas na Paraíba esse grupo apresenta maior participação, 51,4%, ao contrário da Bahia (30,2%) e Ceará (29,0%) que têm os menores percentuais. Esse grupo de menor porte responde por 99,2% das operações contratadas (ante 99,2% na média do FNE)

Quando confrontada a participação dos pequenos tomadores de financiamentos nos valores contratados com sua participação nas operações realizadas em Sergipe (99,2%) (e 99,2% na média do FNE), aos mesmos indicadores para os de grandes porte em Sergipe, 30,0% e 0,1%, observa-se, por um lado, elevada concentração dos recursos em poucos projetos desses últimos e, por outro, a enorme pulverização dos financiamentos junto aos pequenos. Estas observações levantam duas hipóteses sobre o FNE: o de exercer papel atuante no processo de geração de renda através dos pequenos financiamentos e o de contribuir para a concentração patrimonial e de renda por meio dos empréstimos aos grandes tomadores, provavelmente ligados às atividades urbanas.

Tabela 4: Sergipe - Participação no FNE e distribuição dos valores e operações contratadas por porte do tomador: 1998-2005

Porte	Valores Contratados			Operações Contratadas		
	Sergipe/FNE	Sergipe %	FNE %	Sergipe/FNE	Sergipe %	FNE %
Pequeno	67	50,4	38,9	6,3	99,2	99,3
Médio	9,2	19,6	10,8	8,8	0,7	0,5
Grande	3,0	30,0	50,3	3,3	0,1	0,2
Total	5,1	100,0	100,0	6,3	100,0	100,0

Fonte: Dados disponíveis em www.integracao.gov.br. Elaboração própria.

Sergipe se apresenta, do ponto de vista climático, sub-dividido em três áreas bem definidas (o litoral/zona da mata, agreste e semi-árido), gerando, aparentemente por conta disso, diferencial na estrutura econômica de suas regiões. Na realidade os determinantes para essas diferenças são de outra ordem, frutos das sucessivas formas de sua ordenação territorial ao longo da história: na região norte sergipana, observa-se o predomínio de grandes latifúndios monocultores de cana e a produção mineral de petróleo, potássio e calcário; na área sul e centro predominam minifúndios produtores de frutas, verduras, hortaliças e de produtos de subsistência, além da produção leiteira. Neste trabalho no entanto, o recorte regional utilizado foi os das treze microrregiões do IBGE.

A Tabela 5 apresenta indicadores do PIB total e per capita para as microrregiões, o que permite ter idéia do quadro da desigualdade econômica intra-estadual. Três microrregiões que se destacam: a de Aracaju (41,4%), a Sergipana do Sertão do São Francisco (16,0%) e a do Baixo Cotinguiba (10,3%), concentrando 61,7% do PIB total. A primeira concentra boa parte das atividades ligadas ao setor urbano, como comércio, serviços, turismo, construção civil, indústria, atividades governamentais e infra-estrutura; a segunda também tem grande participação por ser sede da usina hidrelétrica de Xingó, no município de Canindé de São Francisco, tornando-a uma das principais arrecadadoras do ICMS de Sergipe, embora conte, também, com uma das principais bacias leiteiras sergipanas em torno de Nossa Senhora da Glória. A microrregião do Baixo Cotinguiba, por sua vez, é a principal produtora mineral sergipana, com a extração de petróleo, de potássio e calcário, a indústria de cimento, fertilizantes e a agroindústria sucro-alcooleira do estado.

Tabela 5 – Sergipe: Indicadores do PIB, da população e do FNE para as microrregiões

Microrregião	PIB 2004	População 2004	PIB 2004 (%)	Pop. 2004 (%)	Pib per capita	Diferença (SE=0)	Valor do FNE*	Valor (%) do FNE	FNE per capita*	Diferença (SE=0)
Sergipana do Sertão do São. Francisco	2.095.829	146.348	16,0	7,6	14.321	111%	68.793.556	14,5	470	91%
Carira	193.496	64.645	1,5	3,3	2.993	-56%	21.393.343	4,5	331	35%
Nossa Senhora das Dores	178.646	61.211	1,4	3,2	2.919	-57%	17.159.511	3,6	280	14%
Agreste de Itabaiana	462.947	156.108	3,5	8,1	2.966	-56%	29.019.337	6,1	186	-24%
Tobias Barreto	274.431	106.382	2,1	5,5	2.580	-62%	18.081.931	3,8	170	-31%
Agreste do Lagarto	342.254	109.411	2,6	5,7	3.128	-54%	21.669.398	4,6	198	-19%
Própria	380.408	92.609	2,9	4,8	4.108	-39%	20.591.198	4,3	222	-10%
Cotinguiba	295.453	41.773	2,3	2,2	7.073	4%	21.164.514	4,4	507	106%
Japaratuba	840.275	52.380	6,4	2,7	16.042	137%	6.564.472	1,4	125	-49%
Baixo Cotinguiba	1.351.199	82.265	10,3	4,3	16.425	142%	8.942.194	1,9	109	-56%
Aracaju	5.433.634	750.295	41,4	38,8	7.242	7%	190.345.713	40,0	254	3%
Boquim	386.659	152.957	2,9	7,9	2.528	-63%	27.239.525	5,7	178	-28%
Estância	885.627	118.212	6,7	6,1	7.492	10%	24.728.594	5,2	209	-15%
Total	13.120.858	1.934.596	100,0	100,0	6.782	0%	475.693.286	100,0	246	0%

Fonte: Dados brutos disponibilizados pelo MI/SDR. Elaboração própria. IBGE para PIB e população.

*Refere-se ao período 2000-2005.

Essa pequena radiografia da concentração do PIB sergipano nessas três microrregiões produz sérias distorções no analista menos prudente. Isto porque fazendo a análise do PIB per capita, o Baixo Cotinguiba aparece com o maior valor, seguido da microrregião de Japarutuba e da Sergipana do Sertão do São Francisco, escondendo problemas seculares da sociedade brasileira e nordestina em particular, como a concentração fundiária e as lutas pela reforma agrária, principalmente nas duas últimas, a concentração de renda, a fome - que assola a última -, entre outros.

Na mesma Tabela 5 e na 6, a distribuição dos dados do FNE em Sergipe mostra sua enorme concentração na microrregião de Aracaju (40,0%), em decorrência dos projetos ligados aos programas industriais, de comércio e serviços, turismo e infra-estrutura – que demandam financiamentos de maior porte -, indicando uma das facetas do FNE que é a concentração da sua aplicação em áreas com economias mais estruturada. Já o percentual de 14,5% do FNE aplicados na Sergipana do Sertão do São Francisco estão ligados principalmente aos assentamentos rurais daquela área que demandaram créditos do Pronaf.

Tabela 6 – Sergipe: participação relativa (%) das microrregiões em relação a quantidade e o valor contratado do FNE: 2000-2005

	% Qtd % valor		% Qtd % valor		% Qtd % valor		% Qtd % valor		% Qtd % valor		% Qtd % valor	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005						
Agreste de Itabaiana	3,47	3,41	10,43	10,55	6,53	5,22	16,06	7,01	8,59	3,40	11,76	9,03
Agreste de Lagarto	20,00	3,28	29,61	12,01	5,77	3,84	8,71	4,09	6,95	2,32	10,81	6,79
Aracaju	1,64	32,01	1,54	41,18	0,67	23,83	2,99	58,15	6,13	50,13	6,12	23,63
Baixo Cotinguiba	0,62	2,62	0,67	3,27	0,17	1,15	6,14	3,43	2,60	0,94	4,25	1,98
Boquim	4,68	6,51	8,62	3,13	8,93	7,93	11,08	3,81	4,39	2,96	6,42	9,73
Carira	6,89	7,44	5,21	3,12	35,93	11,34	7,87	2,36	10,93	3,90	6,11	5,32
Cotinguiba	0,33	0,09	3,01	1,59	1,03	2,79	2,52	1,85	1,48	0,83	2,04	11,04
Estância	7,69	11,99	5,28	3,69	4,80	6,29	10,08	3,06	13,88	3,39	7,19	6,68
Japarutuba	1,25	2,13	1,74	1,92	1,13	1,28	1,52	0,69	3,61	1,32	3,82	1,52
Nossa Senhora das Dores	1,13	2,41	3,21	3,38	6,27	4,83	10,76	4,16	4,49	2,64	6,94	4,66
Própria	2,85	12,55	3,74	2,48	7,60	8,68	6,98	6,41	8,89	2,21	8,27	3,48
Sergipana do Sertão do São Francisco	44,93	12,22	11,63	6,12	15,73	17,39	11,81	3,39	19,27	22,34	19,89	11,70
Tobias Barreto	4,53	3,34	15,31	7,57	5,43	5,42	3,46	1,58	8,81	3,63	6,38	4,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados brutos disponibilizados pelo MI/SDR. Elaboração própria.

Em microrregiões que apresentam PIB per capita inferior à média sergipana, como o Agreste de Itabaiana, Tobias Barreto, Agreste de Lagarto, Própria e Boquim, e por isso necessitam de políticas públicas ativas para reduzir tais disparidades, não são contempladas com os recursos do FNE em montante necessário para diminuir as disparidades regionais intra-estaduais. Como mostra a Tabela 6, apesar da quantidade de operações contratadas

naquelas microrregiões serem significativas, os valores são na maioria das vezes menores.

A Tabela 7 mostra a participação dos dez municípios que mais obtiveram financiamentos do FNE em Sergipe. A maior parte deles representa os de maior expressão econômica no estado, como é o caso de sua capital que, à exceção do ano de 2001, sempre foi o principal beneficiário daqueles investimentos. Nessa situação estão ainda as cidades de Estância, Itabaiana, Itaporanga D’Ajuda, Lagarto, Nossa Senhora da Glória com suas atividades industriais, agropecuárias e de comércio e serviços que lhes colocam em posição de relativo destaque.

Tabela 7: Sergipe – Dez principais municípios por valores contratados ao FNE: 2000-05

2000	Simão Dias	Canindé de São Francisco	Nossa Senhora da Glória	Lagarto	Carira	Poço Redondo	Neópolis	Nossa Senhora do Socorro	Estância	Aracaju
% Qtd	3,94	18,60	0,53	19,83	4,96	19,07	0,78	0,27	5,17	0,53
% valor	2,38	2,61	2,80	2,92	3,24	4,19	8,86	9,75	9,98	21,05
2001	Estância	Gararu	Rosário do Catete	Itabaiana	Nossa Senhora das Dores	Simão Dias	São Domingos	Lagarto	Aracaju	Nossa Senhora do Socorro
% Qtd	1,67	4,68	0,07	3,34	1,80	12,03	0,20	25,47	0,67	0,33
% valor	1,50	1,88	1,90	2,17	2,73	4,76	4,85	10,68	19,92	20,60
2002	Monte Alegre de Sergipe	Simão Dias	Porto da Folha	Lagarto	Itaporanga d’Ajuda	Itabaianinha	Neópolis	Canindé de São Francisco	Carira	Aracaju
% Qtd	1,30	4,40	2,30	5,23	3,53	5,67	0,97	2,80	25,33	0,43
% valor	2,29	2,37	2,85	3,32	3,57	3,69	5,25	5,83	7,56	22,93
2003	Santa Luzia do Itanhy	Nossa Senhora das Dores	Tomar do Geru	Aquidabã	Riachuelo	Lagarto	Neópolis	Itabaiana	São Cristóvão	Aracaju
% Qtd	5,67	2,47	7,30	6,51	5,51	8,40	0,94	4,30	0,68	1,94
% valor	1,48	1,54	1,57	1,81	1,94	3,83	4,55	4,66	6,43	50,08
2004	Nossa Senhora das Dores	Itabaiana	Carira	Simão Dias	Itaporanga d’Ajuda	Porto da Folha	Lagarto	Canindé de São Francisco	Poço Redondo	Aracaju
% Qtd	2,48	2,40	4,99	4,52	4,32	5,60	4,27	3,85	1,69	1,07
% valor	1,24	1,53	1,59	1,62	1,74	1,78	1,89	2,42	14,99	48,79
2005	Itaporanga d’Ajuda	Carira	Estância	Tobias Barreto	Porto da Folha	Boquim	Itabaiana	Lagarto	Capela	Aracaju
% Qtd	1,71	2,77	3,23	4,39	4,24	0,80	3,11	6,37	0,84	0,93
% valor	2,14	2,29	2,29	2,45	2,90	4,28	5,08	5,50	10,27	20,51

Fonte: Dados brutos disponibilizados pelo MI/SDR. Elaboração própria.

Essa concentração espacial dos investimentos indica que o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, promovendo desenvolvimento com melhor distribuição das atividades pelo território, está longe de ser uma prática. Condicionados à lógica do mercado, funcionando basicamente pelo lado da demanda, os financiamentos do FNE têm capilaridade mais extensiva às áreas melhor estruturadas, que apresentam maiores economias de aglomeração, de urbanização e de localização.

Agrupando os municípios por faixas populacionais (Tabela 8), observa-se algumas informações novas e outras já comentadas. As seis cidades acima de 50 mil habitantes representam por 49,0% dos valores financiados, enquanto respondem por 49,8% da população e 48,5% do PIB, ficando os municípios abaixo de 50 mil habitantes com a diferença, 51,0%, 50,2% e 51,5%. Isto indica que sob esses argumentos há uma equidade na distribuição dos recursos. Em contrapartida, como o número de operações contratadas está concentrada no grupo dos 69 municípios com população inferior a 50 mil habitantes, o valor médio do financiamento nos municípios maiores é muito superior ao observado nos menores, que, por sua vez, apresentam maior pulverização dos recursos em projetos de menor porte, o que é explicado, em parte, pela destinação majoritária dos financiamentos às atividades rurais. Indica também que de alguma forma no período 2000-2005 o FNE em Sergipe chegou as áreas mais pobres e menos adensadas e os recursos apresentam alguma capilaridade, embora insuficientes para reverter o quadro de disparidades intra-estadual.

Tabela 8: Sergipe – Indicadores da população, do PIB e do FNE

Rede Urbana	Nº de cidades	PIB2004 (em R\$ mil)	População 2004	PIB 2004 (%)	Pop. 2004 (%)	Per capita	Diferença	Valor*	Valor (%)	Per capita*	Diferença
até 5 mil	11	221.864	35.572	1,7	1,8	6.237	-8%	9.522.997	2,0	268	9%
>5 mil e <10 mil	17	1.189.248	119.042	9,1	6,2	9.990	47%	25.386.017	5,3	213	-13%
>10 mil e <20 mil	23	1.566.844	326.330	11,9	16,9	4.801	-29%	69.854.127	14,7	214	-13%
>20 mil e <50 mil	18	3.770.408	490.102	28,7	25,3	7.693	13%	137.926.448	29,0	281	14%
>50 mil e <100 mil	4	1.330.585	307.083	10,1	15,9	4.333	-36%	52.345.473	11,0	170	-31%
>100 mil e <400 mil	1	851.339	164.569	6,5	8,5	5.173	-24%	11.752.264	2,5	71	-71%
Acima de 400 mil	1	4.190.570	491.898	31,9	25,4	8.519	26%	168.905.960	35,5	343	40%
Total	75	13.120.858	1.934.596	100,0	100,0	6.782	0%	475.693.286	100	246	0%

Fonte: Dados brutos disponibilizados pelo MI/SDR. Elaboração própria. IBGE para PIB e população.

* Referente ao período 2000-2005.

4. CONCLUSÕES

Os Fundos Constitucionais de Financiamento, e em particular o FNE, têm um papel importante na política regional brasileira pelo aporte de recursos que mobiliza. No caso de Sergipe, conforme destacado, em 10 anos, a entrada de recursos respondeu pelo equivalente a 75% dos investimentos totais realizados no âmbito do PSDI, principal política estadual de desenvolvimento. Infelizmente, tanto os recursos do PSDI quanto do FNE mantiveram o caráter espacialmente concentrado da economia sergipana, reproduzindo a lógica do mercado.

No entanto, para que possa cumprir com o papel de combater os desequilíbrios regionais, é necessário uma distribuição mais equitativa dos financiamento do FNE. Para isso

é necessário criar mecanismos pelo lado da oferta que se contraponham ao componente do mercado representado pelo lado da demanda privada na qual os municípios mais prósperos e os do seu entorno encontram-se em condições mais favoráveis de tomarem empréstimos, por apresentarem atividades mais desenvolvidas, maior infra-estrutura, com melhor acesso a rede bancária e de informação.

Infelizmente, uma avaliação mais pormenorizada dos impactos do FNE em Sergipe, inclusive no que se refere à geração de emprego tema relevante e não abordado neste trabalho, exigiria análise detalhada por projeto financiado, o que não foi possível com as informações disponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEITOSA, Cid O (2007). **Transformações recentes na economia sergipana (1970-2005)**. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE/UNICAMP.

MATOS, Elmer N. (2006a). Fundos Constitucionais de Financiamento, **Boletim regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**, Brasília, n.1, p. 26-35.

MATOS, Elmer N. (2006b). Fundos Constitucionais de Financiamento, **Boletim regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**, Brasília, n.3, p. 26-35.

Site consultados

www.integracao.gov.br

www.bancodonordeste.gov.br

www.ibge.gov.br